

A PARTICIPAÇÃO DA INICIATIVA PRIVADA NA EDUCAÇÃO

José Gomes Pacheco Filho *

Manter o ensino, em todos os níveis, através da iniciativa privada, parece ser a intenção do poder público. O sucateamento das escolas e o descaso com as condições de trabalho dos professores são sinais evidentes de uma ação deliberada no sentido de esvaziar o sistema de ensino público, deixando a cargo das escolas particulares a responsabilidade pela formação dos jovens brasileiros. Mas será este o melhor caminho?

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos tem ocorrido inúmeros debates sobre a atuação do poder público no Brasil. Via de regra, a eficiência ou não do governo é ressaltada, apontando-se falhas nas suas diversas áreas de atuação.

Essas discussões surgem num momento em que, depois de transcorridos alguns anos de crescimento da participação do governo na economia e em vários segmentos da sociedade, percebe-se que há deficiências nesse modelo adotado no período pós-revolução.

Diante da inércia (ou falta de recursos) da iniciativa privada nacional e do risco da desnacionalização da economia, que ficaria caracterizada caso fosse entregue a concessão da exploração de alguns serviços indispensáveis à sociedade ao capital estrangeiro, a participação do governo cresceu de tal forma que hoje dificilmente se encontra um segmento da nossa economia que não tenha uma parcela controlada pelo poder público.

Mudanças nesse modelo, passam fatalmente por decisões políticas, que muitas vezes vão contra os interesses de setores da sociedade que estão diretamente envolvidos na questão, e, nem sempre, o resultado é satisfatório.

Nesse bojo de decisões tomadas, às vezes, ao arrepio dos segmentos sociais envolvidos, teme-se que a educação nacional seja golpeada por um ato político num dos seus pontos de maior importância para o desenvolvimento do País: a Universidade.

Visando ressaltar esses aspectos, utilizaremos dados de uma pesquisa realizada por esse autor em escolas que ministram cursos da área econômica, para estabelecer algumas comparações nas condições oferecidas por escolas particulares e públicas no desenvolvimento do ensino e da pesquisa.

2 O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Após alguns séculos de manutenção do ensino superior através de vários tipos de escolas, as primeiras tentativas para se formar universidades no País¹ fracassaram. O processo de formação dessas instituições foi repetido seguindo-se sempre o mesmo modelo de se agrupar algumas faculdades isoladas até se obter um número mínimo de escolas que mantivessem cursos que atendiam a certas exigências, e, assim, constituir-se como universidade.

* Mestre em Ciências Contábeis

Professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais.

¹ As primeiras universidades criadas no Brasil tiveram vida efêmera, vindo a desaparecer alguns anos após. Foram elas: Univer. Manaus, 1909; USP, 1911 e Univer. Paraná, 1912.

A primeira tentativa vitoriosa ocorreu no ano de 1920, com a criação da Universidade do Rio de Janeiro. Idêntico processo ocorreu com a formação da Universidade de Minas Gerais, mas a partir daí, temendo uma expansão desordenada, o governo federal baixou algumas normas que praticamente inviabilizaram a criação de outras universidades que não fossem pela iniciativa do próprio governo.

Diante de todas as dificuldades existentes, o sonho da universidade brasileira somente em poucos casos pode ser concretizado sem o amparo governamental. À exceção das universidades confessionais, que tiveram seu embrião a partir de 1940, no Rio de Janeiro, durante muitos anos, basicamente, só existiram no Brasil universidades mantidas pelo poder público, seja ele federal, estadual ou municipal. De resto, o ensino superior brasileiro é mantido por faculdades isoladas, sendo que grande parte delas foi criada, na maioria dos casos, para atender interesses regionais.

Apesar do crescimento da população brasileira e do aumento da demanda verificada em alguns setores, até finais da década de 60, o acesso a um curso superior estava restrito a uma minoria, visto que o número de vagas era pequeno, se comparado com a oferta atual.

Com a reforma do ensino, processada em finais dos anos 60, houve um aumento substancial da oferta, atendendo a um projeto que previa a expansão das vagas nos cursos superiores de forma a aliviar a demanda reprimida durante vários anos.

De fato, os Decretos 63.341/68 e 63.422/68, ao estabelecerem os critérios para a expansão do ensino superior e o incremento de matrículas, proporcionaram um crescimento significativo da oferta, com a criação progressiva de vagas nas Instituições de Ensino Superior até o ano de 1975.

Com isso, o que se assistiu na década de 70 foi a expansão do ensino superior, motivada basicamente por dois fatores: de um lado as condições propícias existentes para o incremento de vagas e de cursos, visto que o desenvolvimento econômico do País (a época do milagre) favorecia a projetos dessa natureza e, de outro, a facilidade com que o governo, através de seus órgãos competentes, concedia autorização para o funcionamento de novos cursos.

Dessa forma, o número de matrículas nas IES, que em 1966 era de apenas 180.109 chegou, em 1975, a 1.072.548. Esse crescimento foi obtido basicamente através da iniciativa privada, pois, somente em poucos

casos, houve expansão do ensino público superior nesse período. O número de cursos, nesse mesmo período, passou de 1.304 para 3.497, crescimento relativamente pequeno em relação à expansão das matrículas.

Acredita-se que essa expansão desordenada acabou não atingindo o objetivo supostamente esperado, ou seja, proporcionar àqueles que buscam uma formação superior, desenvolvimento e conhecimentos equivalentes ao nível conquistado. Através da solução simplista de se transferir para a iniciativa privada a responsabilidade de manter a maior parte das vagas existentes em escolas de nível superior, parece ter o governo resolvido um problema e criado outro, pois ao aumentar a oferta de vagas, somente em poucos casos pode-se manter a qualidade, isto porque nem sempre é possível compatibilizar interesses econômicos com o desenvolvimento de atividades dessa natureza.

3 ESCOLA PÚBLICA versus ESCOLA PARTICULAR

Numa confrontação direta entre as condições existentes para o desenvolvimento do ensino e da pesquisa na universidade mantida pelo poder público e naquelas mantidas pela iniciativa privada, podemos constatar que muito pouco se pode esperar em termos de desenvolvimento técnico/científico que não seja provenientes das universidades públicas.

É perfeitamente justo que em qualquer atividade que se desenvolva, haja, no mínimo, um equilíbrio entre o volume de receitas e as despesas necessárias para se manter o empreendimento. Até mesmo em termos macroeconômicos, o ideal é que haja equivalência entre despesas e receitas, pois, caso haja excesso de desembolso em relação ao montante arrecadado, haverá a necessidade de endividamento para equilibrar o orçamento.

Quando se trata de uma escola mantida pelo poder público, o retorno do investimento efetuado não é perceptível à maioria dos cidadãos comuns, pois este se dá de forma indireta, através do desenvolvimento econômico e social da nação como um todo. Já nos empreendimentos particulares a situação difere substancialmente, visto que a manutenção do estabelecimento e a remuneração do capital investido não podem esperar por um retorno indireto. Nesse caso, o mínimo que se espera é que não haja prejuízo, pois caso ocorra,

há a inviabilização econômica, prejudicando a sua continuidade.

Entretanto, é bem possível que a tradicional definição de objetivos que expressa "instituição cultural sem fins lucrativos" seja apenas uma falsa fachada para encobrir a exploração de uma atividade que, ao contrário do que dizem, parece ser bastante lucrativa.

A nossa suposição tem como base dados obtidos em uma Escola Confessional, cuja unidade pesquisada mantém três cursos de graduação. Destes, apenas um curso responde por um faturamento de aproximadamente U\$112,548* mensais, contra uma despesa de mais ou menos U\$16,160 com professores e funcionários ligados ao departamento. Por esses dados, pode-se notar que o desembolso necessário para se ter na escola o principal instrumental de manutenção do ensino, representa menos que 15% do volume arrecadado mensalmente junto aos alunos. É certo que existe todo o investimento inicial, mais os demais custos fixos de operação, tais como biblioteca, água, luz, telefone, órgãos da administração escolar, entre outros, a serem mantidos por meio dessa arrecadação, mas em cada escola desse tipo existem, no mínimo, mais dois cursos com estruturas bem semelhantes a esta para absorver parte dos custos que são comuns a todos. Pelo visto, se há falta de recursos financeiros nessas instituições, esta se dá por má administração e não por carência de receitas.

Em contrapartida, as condições existentes para o desenvolvimento de estudos de alto nível, pesquisa, ensino, etc., são bastante precárias. Em duas escolas pesquisadas, mantidas pela iniciativa privada, as aulas são lecionadas basicamente por professores contratados por aula dada, com pouco preparo técnico/pedagógico, sem demonstrar nenhum comprometimento com o magistério.

Estrutura do ensino

ESCOLAS	CURSOS	ALUNOS	PROFESSORES	ALUNO/ PROFESSOR
Escola Particular	03	2.621	94	27,88
Escola Confessional	03	2.673	130	20,56
Escola Pública	03	1.041	114	9,13

* Neste trabalho utilizamos a cotação oficial do Dólar Norte-americano.

Nas escolas particulares há maior concentração de alunos e, nem sempre, isso é compensado com um maior número de professores. Nessas escolas, mantém-se um enorme corpo discente para possibilitar maior afluxo de receita e, com isso, torna-se mais elevada a relação aluno/professor, diminuindo assim a proporção dos recursos destinados ao pagamento do corpo docente.

Esse quadro é bem diferente quando se trata de uma escola pública. O número de vagas oferecido anualmente é pequeno em relação às escolas particulares, o que proporciona uma relação aluno/professor bem pequena. Isso ocorre, em virtude de ser a escola pública mantida através de recursos gerados pela própria sociedade, enquanto que as escolas particulares têm que gerar seus próprios recursos e, presumivelmente, lucro.

Entretanto, o que ocorre com essas escolas é que além de cobrar preços exorbitantes para seus cursos e ainda reivindicar subvenções do governo, elas mantêm o corpo docente em condições bastante precárias para a manutenção do ensino.

Regime de trabalho dos professores

ESCOLAS	TEMPO INTEGRAL	TEMPO PARCIAL	HORISTA
Escola Particular	03	17	74
Escola Confessional	09	30	91
Escola Pública	67	47	-

O corpo docente das escolas particulares é contratado, basicamente, em um regime de trabalho que não permite dedicação do professor a estudos e preparação adequados ao bom desempenho no ensino. A remuneração é feita com base nas aulas lecionadas e isso obriga o professor a manter outra atividade que possa garantir a sua subsistência, ficando o magistério como bico noturno. Conseqüentemente, o tempo destinado à preparação das aulas torna-se nulo, afetando diretamente a qualidade do ensino. Em condições como essa, somente pode-se esperar aulas repetitivas e sem conteúdo.

Enquanto as escolas particulares têm, em média, apenas 5% de todo corpo docente em dedicação por tempo integral à instituição, na escola pública a situação é inversa. Além de não manter professores contratados

pelo regime horista, a maioria do corpo docente é contratada em tempo integral, o que pode gerar condições propícias para o desenvolvimento de pesquisas e manutenção do nível de ensino.

Essa situação acaba sendo refletida na qualificação do corpo docente. Em virtude de falta de incentivo ao aperfeiçoamento, o quadro docente das escolas particulares é formado à base de graduados.

Titulação dos professores

ESCOLAS	DOCTORADO	MESTRADO	GRADUAÇÃO
Escola Particular	03	09	82
Escola Confessional	03	22	105
Escola Pública	21	55	38

Possivelmente, os poucos professores qualificados a nível de mestrado e doutorado, em exercício nas escolas particulares, foram contratados após a obtenção do título, pois não há por parte dessas escolas nenhum incentivo ao aperfeiçoamento. Nos casos em que há cursos dessa natureza na cidade onde elas estão localizadas, é possível que alguns professores que não precisam manter outra atividade remunerada enquanto lecionam, frequentem um curso de mestrado ou doutorado, mas se houver necessidade do docente se locomover para outra cidade, a tentativa de aperfeiçoamento se inviabiliza, pois todas as despesas com o curso correm por conta deste, não havendo por parte da escola o menor incentivo. Até mesmo a obtenção de bolsas em programas mantidos pelo CNPq e CAPES, nesse caso, passam a ser de exclusiva responsabilidade do interessado, o que acaba desestimulando os candidatos ao aperfeiçoamento, e com isso torna-se cada vez mais reduzido o número de titulados nessas escolas.

Tempo de serviço dos professores

TEMPO	ESCOLA		
	PARTICULAR	CONFSSIONAL	PÚBLICA
Até 1 ano	27	58	-
De 1 ----- 3 anos	24	28	5
De 3 ----- 5 anos	15	15	-
Acima de 5 anos	28	29	109

É possível que essa falta de incentivo não gere tanta insatisfação, visto que nem todos que estão no magistério reivindicam o aperfeiçoamento como forma de continuar o processo evolutivo do homem. Nesses casos, há uma acomodação, em detrimento de uma atuação mais eficiente por parte daqueles que almejam mudanças na postura dos dirigentes dessas instituições. Mas, o lema que diz "os insatisfeitos que se retirem" acaba prevalecendo, tornando-se a rotatividade um traço marcante no corpo docente dessas escolas.

Como pode ser observado, nas escolas particulares o número de professores que permanecem na instituição por mais de três anos é inferior àqueles que lecionam por um ou dois anos e abandonam o magistério.

Há vários fatores que podem explicar essa intensa rotatividade, mas nenhum deles é suficiente para justificar tal fato. Um das vertentes bastante provável, aponta para o fato de que essas escolas por não conseguirem bons profissionais no mercado, em função do pouco que oferecem, acabam contratando seus ex-alunos para suprir as deficiências de pessoal docente. Esses profissionais recém-formados acabam aceitando o cargo, mas tão logo conseguem um emprego que lhes proporcione melhor remuneração, abandonam a atividade docente ou então continuam a mantê-la, mas apenas como bico.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há diferenças marcantes entre as condições existentes para a manutenção do ensino nas escolas particulares e públicas. Além das deficiências de formação do pessoal docente, é preciso observar que outros fatores contribuem negativamente, dificultando sobremaneira a atuação do corpo docente e até mesmo dos alunos. O excesso de turmas, salas superlotadas, falta de tempo para preparação das aulas, entre outros, são problemas que, normalmente, não se vê em universidades federais, estaduais ou municipais.

Este é, por sinal, um problema que merece profunda reflexão por parte dos docentes, pesquisadores e autoridades. Num momento em que tanto se fala em privatização do ensino, acredita-se que um passo nesse sentido reservaria um futuro bastante sombrio para a educação nacional. É possível observar que, quanto mais se afasta do modelo de ensino público, piores são as

condições oferecidas aos alunos e professores. Caso o poder público se desobrigue da responsabilidade de manter suas escolas, possivelmente teremos no futuro o ensino superior sendo ministrado nos moldes encontrados em algumas escolas particulares que não se preocupam com a manutenção de um corpo docente razoavelmente preparado para desenvolver as suas atividades.

Ao observar as condições impostas aos professores das escolas particulares, nota-se que estas são piores em todos os aspectos; há atribuição de maior carga horária, a relação aluno/professor é bastante alta e o regime de trabalho é predominantemente horista, o que praticamente inviabiliza qualquer tipo de produção científica e até mesmo de preparação de aulas.

Mas, tudo indica que essa situação tem raízes bem mais profundas. A ampliação de vagas em cursos de nível superior nos moldes efetuados nas décadas de 60 e 70, pode até ter resolvido a questão da demanda verificada na época, mas, pelo visto, agravou ainda mais as deficiências do ensino de graduação. A facilidade com que se concedeu autorização para funcionamento de novos cursos se refletiu no crescimento desordenado do número de faculdades, aumentando a quantidade em detrimento da qualidade. Como resultante, temos cursos sendo mantidos sem que hajam condições adequadas, com o ensino sendo explorado por algumas instituições como simples atividade comercial.

Dessa forma, cursos que apresentam maior demanda são utilizados pelas escolas como forma de manter o faturamento em níveis mais elevados. Aproveitando-se da maior procura por certos cursos, essas escolas remanejam o número de vagas permitido pelo Conselho Federal de Educação, retirando o excesso de oferta em determinadas áreas para ampliar a participação em outras, aproveitando-se dos mesmos recursos que existiam para um número bem menor de alunos.

É preciso que as autoridades ligadas ao setor educacional se sensibilizem e promovam debates em torno do assunto, fazendo com que a sociedade, como um todo, se conscientize da gravidade do problema do ensino no Brasil. Em determinados setores é até justo que se reivindique uma menor participação da atuação do governo, mas, em outras como a educação, torna-se fundamental a sua atuação, pois existem determinadas atividades que dificilmente se compatibilizariam com a necessidade de lucros existentes na iniciativa privada.

5 BIBLIOGRAFIA

- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, Rio de Janeiro, IBGE 1945 - 1980.
- BRASIL, Leis e Decretos, Ensino Superior: Coletânea de Legislação Básica. Rio de Janeiro, 1975.
- CUNHA, Luiz Antônio, A universidade temporã, 2. ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1983.
- PACHECO FILHO, José Gomes, *O ensino nos cursos de ciências contábeis no município de Belo Horizonte - um estudo comparativo*. Rio de Janeiro, ISEC/FGV, 1988. (Dissertação, Mestrado).